

nº **187**
S E T | 2 0 2 5

Sindicato do Comércio Varejista
de Derivados de Petróleo no
Estado de Minas Gerais

Revista



minaspetro



Rafael Neddermeyer/Agência Brasil

CERCO FECHADO

Megaoperações da PF revelam esquema criminoso
bilionário no mercado de combustíveis



Fechamento autorizado
Pode ser aberto pela ECT



VEM SER RIO BRANCO

CONHEÇA AS VANTAGENS DE SER NOSSO PARCEIRO!

- ✓ 100% das metas de CBIO's cumpridas: compromisso real com o meio ambiente.
- ✓ Impostos em dia: transparência e responsabilidade fiscal.
- ✓ Qualidade garantida: Laboratório Móvel em visitas contínuas.
- ✓ Consultoria especializada: suporte personalizado para gestão do seu negócio.
- ✓ Frota monitorada: segurança do carregamento à entrega.
- ✓ Alta capacidade de armazenamento: estrutura robusta.
- ✓ Responsabilidade Social: projetos transformadores pela Fundação Rio Branco.

*Distribuímos muito mais do que combustíveis: entregamos confiança.
A Rio Branco Energias é a escolha certa para quem busca
respeito, parceria, qualidade e excelência.*

www.riobrancoenergias.com | @riobrancoenergias

Fale com nosso time
34 99818-0360



MENSAGEM DO PRESIDENTE

A paz de quem trabalha honestamente

O empresário do setor de combustíveis que viu os desdobramentos da Operação Carbono Oculto não pôde deixar de sentir certo alívio. Com o mercado tomado por facções criminosas, o empresário idôneo começou a ter receio sobre os rumos do setor.

As notícias de que o PCC começava a se disseminar em usinas, distribuição, transporte e postos de combustíveis corriam livremente e, atônitos, os empresários aguardavam uma reação enérgica das autoridades. E ela veio em alto e bom tom, em uma escala nunca vista, com resultados surpreendentes, como a revelação de que fundos de investimento eram utilizados pelos criminosos via fintechs.

A Carbono Oculto foi a maior operação contra o crime organizado da história do mercado de combustíveis nacional. Se veio com certo atraso, a magnitude da ação, aliada a uma investigação robusta, isenta as autoridades de negligência. Há que se parabenizar todos os envolvidos, que apresentaram denúncias tecnicamente sólidas para curar – pelo menos em partes – o mercado de combustíveis da epidemia de irregularidades.

Aqui vale também uma lembrança importante sobre todas as instituições que investiram fortemente no combate à ilegalidade, entre elas o Minaspetro. Você se lembra bem da campanha do ano passado, com outdoors espalhados por todas as regiões do estado, spots em rádios, adesivação de ônibus e distribuição de folhinhos para clientes. O objetivo era alertar o consumidor quanto à prática de preços muito abaixo do mercado e conscientizar sobre a importância do cupom fiscal e a necessidade de ter atenção máxima à entrega do volume pago.

A Operação Carbono Oculto será lembrada como um divisor de águas no mercado de combustíveis. Aquele momento em que bandidos foram finalmente acuados e o empresário honesto foi premiado com uma “limpeza” na concorrência desleal.

Seguimos vigilantes e fazendo um importante trabalho político/institucional de interlocução com as autoridades para que os bandidos sejam expulsos de Minas Gerais e no estado se perpetue quem trabalha idoneamente, construindo um mercado forte e justo para todos.



Rafa Macedo
Presidente do Minaspetro

DIRETORIA

Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Sede: Rua Amoroso Costa, 144, Santa Lúcia
CEP 30350-570 – Belo Horizonte/MG
Tel.: (31) 2108-6500
Fax: (31) 2108-6547
0800-005-6500

DIRETORIA MINASPETRO

Presidente:
Rafael Milagres Macedo Pereira
1º Vice-presidente:
Paulo Miranda Soares
2º Vice-presidente:
Ricardo Pires Lage
1º Secretário:
Carlos Eduardo Mendes Guimarães Júnior
2º Secretário:
Artur Henrique Ferreira Pedrosa
1º Tesoureiro:
Fábio Vasconcellos Moreira
2º Tesoureiro:
Flávio Eduardo de Rezende

DIRETORES DE ÁREAS ESPECÍFICAS

Diretor de Relações Trabalhistas:
Maurício da Silva Vieira
Diretor de Postos de Rodovias:
Pedro Moreira Guedes
Diretor de Postos Próprios de Distribuidoras:
Flavio Marcus Pereira Lara
Diretor de Relações Ambientais:
Felipe Campos Bretas

DIRETORES REGIONAIS

Caratinga: Astulho Tavares de Alcântara Contagem:
Leonardo Lemos Silveira
Divinópolis: Diogo Valadão dos Santos
Governador Valadares: Rubens Perim
Ipatinga: Marco Antônio Alves de Magalhães
João Monlevade: Thailor Berchmans Fonseca Teixeira
Juiz de Fora: Leonardo Assis Mascarenhas
Lavras: Marcos Abdo Sâmia
Montes Claros: Gildeon Gonçalves Durães
Paracatu: Daniel Almeida Kilson
Passos: Reinaldo Vaz Ribeiro
Patos de Minas: Moisés Elmo Pinheiro
Poços de Caldas: Renato Barbosa Mantovani Filho
Pouso Alegre: Luiz Anselmo Rigotti

Sete Lagoas: Sérgio José do Carmo
Teófilo Otoni: Leandro Lorentz Lamêgo
Ubá: Walternir Fagundes Lima
Uberaba: Ivan Biondi Dias
Uberlândia: Alexander Gervásio Neves Varginha:
Ronaldo Rezende

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Fernando Antônio de Azevedo Ramos
Humberto Carvalho Riegert
Fábio Croso Soares

Membros Suplentes

Wagner Carvalho Villanuêva
Paulo Eduardo Rocha Machado
José Eustáquio Magalhães Elias

DIRETORES ADJUNTOS

Ademyr Eger
Flávio Augusto Diniz Pereira
Bruno Henrique Leite Almeida Alves

GERENTE ADMINISTRATIVA

Márcia Viviane Nascimento

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Adriana Soares
Élcia Maria de Oliveira
Gislaine Carvalho
Laís Gomes Barbosa
Luciana Franca Martins
Poliana Gomides

DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO E APOIO AO REVENDEDOR

João Márcio Cayres
Júlio César Moraes
Marcelo Rocha Silva
Luiz Henrique Nobi
Marcelo Silva
Rodrigo Loureiro Araújo
Jackson Pereira
Pedro Victor

GERENTE COMERCIAL

Esdras Costa Reis

GERENTE INSTITUCIONAL/MARKETING

Guilherme Barbosa

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Déborah Corsino
Natielle Eleutério Goodgod

DEPARTAMENTO JURÍDICO

Gerente Jurídica: Mariana Lamounier
Cível / Comercial
Arthur Villamil Martins
Flávia Lobato

METROLÓGICO

Ana Violeta Guimarães
Simone Marçoni
Edimo Antonio Carlos

TRABALHISTA

André Luis Filomano
Bruno Abras Rajão
Fabiana Saade Malaquias
Luciana Reis
Rommel Fonseca

TRIBUTÁRIO

BMM Advocacia Empresarial

AMBIENTAL

Bernardo Souto
Lígia Macedo

ADVOGADOS REGIONAIS

Governador Valadares: Natécia Pereira Barroso
Montes Claros: Hércules H. Costa Silva
Poços de Caldas: Matheus Siqueira de Alvarenga
Juiz de Fora: Moreira Braga e Neto Advogados Associados
Uberlândia: Lira Pontes e Advogados Associados
Uberaba: Lira Pontes e Advogados Associados
Ipatinga: José Edélcio Drumond Alves Advogados Associados
Varginha: Eduardo Caselato Dantas
Divinópolis: Luciana Cristina Santos
Teófilo Otoni: Eliene Alves Souza



EXPEDIENTE

COMITÊ EDITORIAL: Rafael Macedo, Esdras Reis, Márcia Viviane e Guilherme Barbosa

PRODUÇÃO: Prefácio Comunicação
Rua Dr. Sette Câmara, 75 • CEP: 30380-360 • Tel.: (31) 3292-8660 - www.prefacio.com.br
Jornalista responsável: Ana Luíza Purri (MG 05523 JP) • **Edição:** Alexandre Magalhães
Redação: Frederico Gandra • **Projeto gráfico:** Rebeca Zocratto • **Diagramação:** Blenda Elisa
Revisão: Letícia Purri

IMPRESSÃO: Paulinelli Serviços Gráficos

As opiniões dos artigos assinados e as informações dos anúncios não são responsabilidade da Revista ou do Minaspetro.

Para ser um anunciante, solicite uma proposta pelo telefone (31) 2108-6500 ou pelo e-mail ascom@minaspetro.com.br

Sede Minaspetro: (31) 2108-6500 e 0800-005-6500 (interior)



Rafa Neddemeyer/Agência Brasil

14 |

PF desmonta esquema de R\$ 52 bilhões em fraudes de combustíveis

6 |

Minaspetro terá espaço de destaque no 18º Congresso de Revendedores

20 |

Minaspetro fecha parceria com a CDL-BH

22 |

Ideias que somam: inovação e criatividade movimentam negócios

24 |

O poder do ambiente e do networking no empreendedorismo



Divulgação/Expominas



Adobe Stock



Arquivo pessoal

10 |

ICMS solidário entra no radar como desafio para revendedores

12 |

Eleições Minaspetro têm data marcada

Orientação em pauta

Minaspetro apresentará conteúdos exclusivos durante o Congresso de Revendedores para facilitar a vida do associado



18º Congresso de Revendedores Minaspetro ocorre nos dias 2 e 3 de outubro no Expominas, o maior espaço de eventos de BH; confira a programação

Minaspetro/ Flickr

O momento mais aguardado do ano está próximo. O 18º Congresso de Revendedores de Combustíveis de Minas Gerais, marcado para os dias 2 e 3 de outubro, no Expominas, em Belo Horizonte, terá a participação de representantes do Minaspetro na programação, agora oficialmente definida.

No segundo dia, às 9h, será realizado o painel “Desafios e inovações do Sindicato”, com Fábio Moreira, tesoureiro do Minaspetro, e Bernardo Souto, advogado da área ambiental. Em seguida, às 11h, na Sala de Gerentes, será a vez da palestra “Multa zero! Os desafios operacionais da pista”, conduzida por Simone Marçoni, advogada do Jurídico Metrológico.

O conteúdo que Simone vai apresentar é preventivo: ela detalhará os principais pontos de fiscalização da ANP – desde a checagem de placas obrigatórias e da sinalização de preços até a conferência dos documentos exigidos e do balde aferidor do Inmetro, que podem gerar perdas financeiras significativas para os postos.

Já Fábio Moreira fará um balanço das entregas do Minaspetro aos associados nos últimos quatro anos, incluindo disputas, conquistas e avanços que reforçam o papel do sindicato. No mesmo painel, Bernardo Souto apresentará os resultados de um piloto de questionário voltado à aplicação das novas exigências da NR-1, que passam a prever o gerenciamento de riscos psicossociais no trabalho, trazendo dados inéditos.

MULTA ZERO

Simone aponta as situações que mais geram multas na pista: falta de instrumentos obrigatórios de análise de combustíveis; má localização ou ausência de dados obrigatórios no painel de preços e nas bombas; quadro de avisos desatualizado; termômetro inoperante nas bombas de etanol e balde aferidor sem manutenção ou fora do prazo de certificação (1 ano).

“São situações corriqueiras que, com uma verificação simples, podem ser evitadas, de modo a reduzir o risco de autuações, que começam em R\$ 5 mil, caso não se trate de uma infração mais grave, cujos valores podem ser ainda maiores”, diz. Ela espera que o evento possibilite trocar experiências e esclarecer dúvidas.

Será enfatizada a importância do cuidado com a qualidade dos combustíveis e a guarda de amostras-testemunha para evitar problemas relacionados a desconformidades. “São observações e procedimentos obrigatórios que não basta o proprietário conhecer. Se o gerente não aplica essas práticas na rotina do posto, há risco de falhas. E quem realmente zela pelo cumprimento dessas normas, verificando diariamente as obrigatoriedades, é o gerente”, acrescenta Simone.

O gerente deve, por exemplo, saber realizar a análise de combustível, incluindo a verificação do volume da bomba medidora, sempre que o consumidor solicitar. “Se o gerente não conhece suas obrigações e até mesmo seus direitos durante uma fiscalização, ele pode se perder na apresentação dos documentos obrigatórios e no que diz respeito a diversas outras exigências. Ou seja, de nada adianta o proprietário conhecer as normas se elas não forem aplicadas por quem, de fato, recebe o fiscal”, adverte.

Informações detalhadas sobre as especificações corretas para prevenir multas serão apresentadas no evento. Simone já possui experiência em troca de informações com revendedores por meio de sua atuação no Minaspetro e também de sua assessoria jurídica (@aspetro.assessoria) e de vídeos publicados no Instagram. “Já estou acostumada a falar de forma simplificada e acessível para o gerente e para o frentista. E será um grande prazer levar esse conteúdo ao Congresso de Revendedores”, diz.

“FEIJÃO COM ARROZ”

Fábio Moreira terá uma hora de conversa com os revendedores na abertura da programação, em 3 de outubro. O objetivo é mostrar as conquistas do Minaspetro nos últimos anos.

De forma bem-humorada, ele descreve sua abordagem como um “arroz com feijão”. A ideia é “apresentar o básico que tem sido feito e como tem impactado positivamente o dia a dia do associado”, diz. Como exemplo, Fábio cita a ação judicial relativa ao crédito tributário do PIS/Cofins, via mandado de segurança, que resultou na reversão de uma fatura de R\$ 150 milhões para o revendedor, sem nenhum custo – mais detalhes

Fábio Moreira, diretor do Minaspetro, apresenta o painel “Desafios e inovações do Sindicato” no dia 3 de outubro, às 11h



Minaspetro/ Flickr

sobre o processo, ainda em andamento em cinco regiões de Minas Gerais, com decisões favoráveis ao Minaspetro, podem ser conferidos nas edições 182 e 184 da Revista Minaspetro, disponíveis no site.

Outra conquista foi a restauração da tolerância de aferição das bombas de combustível, regulamentada pela ANP. Originalmente, cada 20 litros medidos permitiam variação de mais ou menos 100 ml. A agência chegou a reduzir o limite para 60 ml, aumentando o risco de autuações. Após a intervenção do sindicato, o nível retornou ao padrão anterior, permitindo mais

segurança e previsibilidade na operação dos postos.

O diretor também destacará “brigas compradas” em prol do associado nos últimos quatro anos, como a publicação de uma carta aberta à Raízen, questionando determinadas atitudes da distribuidora em relação a alguns revendedores, mesmo diante do risco de retaliação.

“O Minaspetro é apartidário. Somos a favor das companhias, mas não temos ‘cadeira cativa’. Se as três maiores distribuidoras não estão atendendo bem o revendedor, vamos atrás e questionamos. Essa gestão não se esconde, mesmo que algumas distribuidoras não concordem com esses posicionamentos”, afirma.

Durante o painel, ele responderá a seguinte questão: “Por que vale a pena se sindicalizar?”. “É preciso mostrar, ponto a ponto, as vantagens de estar no Minaspetro. Sempre digo que a

questão é o custo-benefício: se o associado percebe retorno, a contribuição deixa de ser um gasto e passa a ser um investimento”, ilustra.

Por fim, Fábio diz que, apesar da relevância do conteúdo e da abrangência do evento, muitas vezes “a pessoa mais importante é quem está ao seu lado”. “Às vezes, a dor que você sente é a mesma de outro revendedor. E o congresso permite ‘trocar figurinhas’, compartilhar contatos”, observa.



Atualização da NR-1 desafia Revenda e uso de IA exige cautela

Bernardo Souto vai abordar no painel “Desafios e inovações do Sindicato” as mudanças na NR-1, que passou a exigir das empresas avaliação e gestão de riscos psicossociais. A norma entrou em vigor em maio de 2025 em caráter educativo e orientativo e a fiscalização propriamente dita e a aplicação de multas passam a valer a partir de 26 de maio de 2026.

Segundo o advogado, a determinação do Ministério do Trabalho ainda gera dúvidas, pois não há orientações específicas sobre como implementar as novas exigências e nenhuma empresa realiza esse monitoramento atualmente.

A apresentação tem como objetivo detalhar o processo de avaliação de riscos psicossociais, mostrando na prática como ele funciona. “Entendo que as empresas devem se preparar com antecedência. A obrigação será exigida e é importante, considerando que problemas de saúde mental representam grande parte dos afastamentos (do trabalho) hoje. O governo vai transferir essa responsabilidade para o empresário, que precisará mensurar os riscos existentes”, opina.

Um dos principais desafios, segundo ele, é a elevada rotatividade no setor, que dificulta uma análise precisa. A inteligência artificial pode auxiliar nesse processo, mas há limites. “É um risco delegar essa gestão à IA sem

o devido treinamento, porque a inteligência artificial pode alucinar”, alerta.

Recentemente, Bernardo elaborou um questionário para monitorar a avaliação dos riscos psicossociais nas empresas e os resultados preliminares serão apresentados durante o congresso. O levantamento foi aplicado de forma anônima em dois postos e obteve 90% de adesão.

Em sua participação no painel, ele destacará a importância de políticas internas de prevenção e de proteção aos trabalhadores frente a riscos psicossociais. Ele cita como exemplo a decisão de um juiz que concedeu indenização a uma funcionária de um posto de gasolina que sofreu assédio pelo simples fato de a empresa não possuir um programa de proteção específico para mulheres.

“Isso começará a ser analisado pelo poder Judiciário. E quem não agir corretamente – ou apenas recorrer à inteligência artificial, por achar que está inovando – deve ter cuidado. Vejo o questionário como a primeira etapa para iniciar um diagnóstico. Ele não termina ali: é preciso envolver departamento pessoal, diretoria, funcionários e, dependendo dos resultados, até um psicólogo”, recomenda.

Distribuidora de origem mineira alia tradição a inovação para garantir qualidade e confiança no setor de combustíveis

Compromisso ambiental, responsabilidade fiscal e projetos sociais fortalecem a atuação de uma das mais sólidas empresas de energia da região Sudeste.



Com mais de três décadas de trajetória, a Rio Branco Energias, nascida em Minas Gerais, expandiu sua presença para além das fronteiras do estado. Hoje, está presente em Goiás e São Paulo, em diversos pontos estratégicos da região Sudeste, consolidando-se como uma das empresas do segmento mais respeitadas do setor.

A credibilidade conquistada ao longo dos anos é sustentada por pilares claros: qualidade dos combustíveis, segurança no transporte, transparência fiscal e compromisso socioambiental. Esses valores se traduzem em resultados concretos: 100% das metas de CBIO's cumpridas, frota monitorada do carregamento à entrega e presença constante do Laboratório Móvel de Qualidade, que percorre postos e clientes para assegurar a procedência dos produtos. Além disso, a Rio Branco Energias mantém rigor no cumprimento de obrigações fiscais, reforçando sua postura ética e transparente.

Outro diferencial está no apoio ao desenvolvimento dos parceiros: uma equipe de consultoria especializada auxilia na gestão do negócio, enquanto a infraestrutura robusta de armazenagem garante alta capacidade de atendimento.

A atuação também se estende além do setor energético. Por meio da Fundação Rio Branco, a empresa desenvolve projetos sociais transformadores que alcançam diferentes áreas da comunidade, ampliando o impacto positivo e reafirmando a responsabilidade social como parte essencial da sua identidade. Mais de 17 mil crianças já foram assistidas desde a sua criação em 2003.

Assim, mais do que combustíveis, a **Rio Branco Energias** entrega confiança, parceria e excelência, sendo referência para o presente e para o futuro do país.



ICMS solidário permite cobrança do imposto do posto caso a distribuidora não pague

Compromisso coletivo

Minaspetro alerta revendedores mineiros sobre risco relativo à responsabilidade solidária pelo recolhimento de ICMS

A responsabilidade solidária no recolhimento do ICMS — que permite ao Fisco cobrar do posto de combustíveis quando a distribuidora não paga o imposto — acendeu o alerta da Revenda em Minas Gerais após o registro de um episódio que envolveu recentemente a distribuidora Tabocão, em Sete Lagoas.

Em agosto, a empresa teve a operação suspensa por não adquirir os créditos de descarbonização (CBIOS) exigidos pelo RenovaBio, ficando impedida de emitir notas fiscais e, portanto, recolher o ICMS pelo regime normal.

Para que a Tabocão continuasse atuando até que a pendência fosse regularizada, o Estado determinou que ela expedisse a guia do ICMS correspondente e fornecesse o comprovante de pagamento aos revendedores — só assim a distribuidora estaria autorizada a operar.

Caso o posto ignore o problema e compre combustível sem a devida nota, este poderá ser responsabilizado de forma soli-

dária pelo imposto devido ao Estado — um custo adicional não previsto no preço do combustível.

Diante da situação, a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) solicitou ao Minaspetro que alertasse a Revenda sobre a necessidade de exigir a nota fiscal ao comercializar com a distribuidora — medida que reforça a parceria entre as instituições no combate à concorrência desleal.

“O Minaspetro se mantém vigilante e proativo no que diz respeito à concorrência leal em Minas. Apesar de não ser um órgão fiscalizador, ajudamos a SEF a identificar discrepâncias que possam indicar sonegação ou operações irregulares, até, eventualmente, criminosas. Contribuímos com o Estado, pois atuamos para preservar a livre competição no mercado mineiro”, salienta Bruno Tourino, advogado tributarista do Minaspetro.

A orientação da SEF-MG protege o posto de combustíveis, desde que ele exija a nota fiscal acompanhada do comprovante de recolhimento do ICMS. Ao seguir a recomendação, o

revendedor reduz riscos e se resguarda juridicamente contra a responsabilização solidária.

PREVISTO EM LEI

O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é um imposto estadual que incide sobre a compra e venda de mercadorias. É um tributo indireto, normalmente embutido no preço final do produto ou serviço, cuja arrecadação financia serviços públicos.

No mercado de combustíveis, o imposto é geralmente recolhido pelo regime de substituição tributária (ICMS-ST): usina ou distribuidora pagam antecipadamente o imposto relativo a toda a cadeia antes da venda ao consumidor final. Esse mecanismo, previsto em lei e aplicado também a outros setores, não representa necessariamente um custo extra para o revendedor, explica o advogado tributarista.

“A norma prevê que toda a cadeia comercial responda pelo tributo pago pelo seu substituto. No contexto do etanol, a usina atua como substituta ao vender diretamente ao posto, recolhendo o ICMS-ST calculado com a sua margem e a do revendedor — que, nesse caso, não recolhe nada”, detalha.

Segundo ele, isso ocorre pelo caráter monofásico da cadeia de combustíveis, que concentra a cobrança de tributos em uma única etapa para simplificar o processo. No entanto, se a distribuidora ou a usina deixa de recolher o ICMS-ST, o posto pode ser responsabilizado pelo imposto devido, mesmo sem tê-lo pago diretamente.

“O Estado fica aguardando o recebimento. Se não recebe, questiona o devedor (a distribuidora). Caso ele se omita, o

Estado recorre ao solidário, que, nesse caso, é o posto”, explica Tourino. Casos de responsabilização solidária já vêm sendo registrados em São Paulo desde o ano passado, o que acende o alerta para os revendedores mineiros.

OPERAÇÃO

Em agosto, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) lavrou 169 autos de infração, somando mais de R\$ 210 milhões, para cobrar o ICMS devido por duas distribuidoras de combustíveis com atuação no estado.

A ação atribuiu aos revendedores, como destinatários das notas fiscais, a responsabilidade solidária pelo pagamento do ICMS que deixou de ser recolhido pelas distribuidoras, envolvidas em esquemas fraudulentos de sonegação.

“Várias usinas de etanol e distribuidoras de baixa confiabilidade vendiam a preços muito baixos, e o posto achava vantajoso. Mas, na verdade, o ICMS não estava sendo recolhido no momento da compra do combustível”, conta Tourino. Ele alerta para o fato de que “não é possível comprar combustível a preço muito abaixo do mercado e achar que está levando vantagem. Os preços são muito ajustados entre os concorrentes, então, se o valor for muito inferior ao praticado pelo ‘vizinho’, algo está errado”. E acrescenta: o ICMS solidário evidencia a necessidade de uma apuração mais rigorosa e de um filtro de confiabilidade para quem adquire combustível para revenda.

Antes da autuação, a Sefaz-SP encaminhou notificações fiscais aos destinatários das notas, alertando sobre a obrigação de exigir o comprovante de recolhimento do ICMS nas aquisições de combustível.

4 passos para reduzir o risco de responsabilização

1. Analise o preço de mercado: toda compra de combustível deve considerar o preço praticado no setor. Não existe milagre nem combustível vendido a “preço de banana”.
2. Confira a nota fiscal: verifique se todas as informações estão corretas, se o CNPJ corresponde ao fornecedor e se a empresa possui endereço próprio.
3. Pesquise o endereço: se for apenas um lote vago, desconfie. A presença de uma usina ou distribuidora, mesmo pequena, indica maior credibilidade.
4. Exija certidão de regularidade fiscal: em caso de suspeita, peça à distribuidora a certidão negativa de débitos fiscais. Se ela estiver em dia com o Estado, o risco de responsabilização é menor.

Bruno Tourino, advogado do Jurídico Tributário do Minaspetro

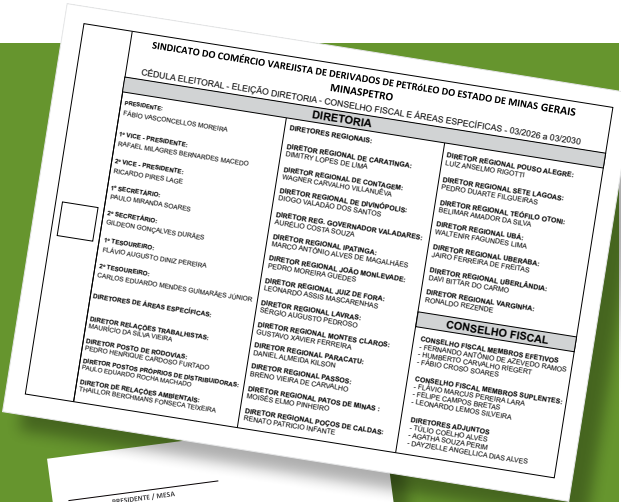




MINASPETRO

Passo a passo para preenchimento da cédula de votação

- 1. Marque a chapa escolhida com um “x” na cédula;
- 2. Insira a cédula no envelope amarelo;
- 3. Coloque o envelope amarelo dentro do envelope branco;
- 4. Assine e carimbe a ficha de identificação (apenas o representante legal do posto, sem possibilidade de procuração);
- 5. Entregue o envelope branco nos Correios, utilizando o selo já providenciado.



Modelo da cédula eleitoral para eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Diretoria Adjunta do Minaspetro



Eleições à vista

Votação ocorrerá em 2 de março de 2026, presencialmente na capital e por correspondência no interior

As eleições do Minaspetro para o quadriênio 2026/2030 serão realizadas no dia 2 de março de 2026, na sede da entidade, em Belo Horizonte. O processo eleitoral contará com chapa única, liderada por Fábio Vasconcellos Moreira e Rafael Milagres Bernardes Macedo, conforme foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 25 de julho de 2025.

A participação no pleito será obrigatória para todos os associados com mais de seis meses de filiação e dois anos de exercício da atividade. A votação será realizada presencialmente na sede do Sindicato ou por correspondência, para quem reside no interior, para que todos aqueles que têm direito ao voto possam exercê-lo.

Para os associados do interior, o material de votação inclui

ficha de identificação para voto por correspondência, cédula de votação, envelope (amarelo) para depósito da cédula e envelope selado (branco), destinado ao envio pelos Correios.

Somente as pessoas indicadas no contrato social devem assinar e carimbar a ficha de identificação – é proibido o voto por procuração. Os envelopes devem ser enviados previamente para que cheguem ao Minaspetro até a data da eleição.

A chapa única concorre aos cargos de Diretoria, Conselho Fiscal e Diretoria Adjunta da entidade.

Embora não haja concorrência, a participação de cada associado é fundamental para a validação do pleito e para reforçar a representatividade da entidade e sua atuação em favor da Revenda mineira.

Chapa inscrita na eleição do Minaspetro (quadriênio 2026/2030)

Presidente: Fábio Vasconcellos Moreira
1º Vice Presidente: Rafael Milagres Bernardes Macedo
2º Vice Presidente: Ricardo Pires Lage
1º secretário: Paulo Miranda Soares
2º secretário: Gildeon Gonçalves Durães
1º tesoureiro: Flávio Augusto Diniz Pereira
2º Tesoureiro: Carlos Eduardo Mendes Guimarães Júnior
Diretor de Relações Trabalhistas: Maurício da Silva Vieira
Diretor de Postos de Rodovias: Pedro Henrique Cardoso Furtado
Diretor de Postos Próprios de Distribuidoras: Paulo Eduardo Rocha Machado
Diretor de Relações Ambientais: Thailor Berchmans Fonseca Teixeira
Diretor Regional Caratinga: Dimitry Lopes de Lima
Diretor Regional Contagem: Wagner Carvalho Villanuêva
Diretor Regional Divinópolis: Diogo Valadão dos Santos
Diretor Regional Governador Valadares: Aurelio Costa Souza
Diretor Regional Ipatinga: Marco Antônio Alves de Magalhães
Diretor Regional João Monlevade: Pedro Moreira Guedes
Diretor Regional Juiz de Fora: Leonardo Assis Mascarenhas
Diretor Regional Lavras: Sérgio Augusto Pedroso

Diretor Regional Montes Claros: Gustavo Xavier Ferreira
Diretor Regional Paracatu: Daniel Almeida Kilson
Diretor Regional Passos: Breno Vieira de Carvalho
Diretor Regional Patos de Minas: Moisés Elmo Pinheiro
Diretor Regional Poços de Caldas: Renato Patricio Infante
Diretor Regional Pouso Alegre: Luiz Anselmo Rigotti
Diretor Regional Sete Lagoas: Pedro Duarte Filgueiras
Diretor Regional Teófilo Otoni: Belimar Amador da Silva
Diretor Regional Ubá: Waltenir Fagundes Lima
Diretor Regional Uberaba: Jairo Ferreira de Freitas
Diretor Regional Uberlândia: Davi Bittar do Carmo
Diretor Regional Varginha: Ronaldo Rezende

Conselho Fiscal (membros efetivos): Fernando Antônio de Azevedo Ramos, Humberto Carvalho Riegert e Fábio Croso Soares
Conselho Fiscal (membros suplentes): Flávio Marcus Pereira Lara, Felipe Campos Bretas e Leonardo Lemos Silveira

Diretores Adjuntos: Túlio Coelho Alves, Agatha de Souza Perim e Dayzelle Angelica Dias Alves

Fiscal de Chapa: Fábio Croso Soares

POLÍCIA
FEDERALPOLÍCIA
FEDERAL

Autoridades estimam que as organizações criminosas tenham movimentado mais de R\$ 52 bilhões em quatro anos

Joio para lá, trigo para cá

Esquema bilionário de adulteração, sonegação e ocultação de patrimônio envolvendo combustíveis é finalmente revelado – providência há muito reivindicada por entidades representativas do setor

Algo que há anos entidades representativas do mercado de combustíveis reivindicavam finalmente ocorreu: a combinação de três operações – Quasar, Tanque e Carbono Oculto – realizadas pela Polícia Federal, com a colaboração de outros órgãos públicos, desvendou o maior esquema de adulteração, sonegação fiscal e ocultação de patrimônio, entre outros crimes, da história do mercado de combustíveis no país – para se ter uma ideia, as autoridades envolvidas nas investigações estimaram que as organizações criminosas tenham movimentado mais de R\$ 52 bilhões em apenas quatro anos.

Entre as entidades que clamavam por fiscalização e providências para que se separasse o “joio do trigo” e, com isso, se preservasse a boa imagem e os negócios de empresários que atuam com seriedade e honestidade – a imensa maioria, vale frisar – esteve o Minaspetro, que, em 2024, levou às ruas uma ampla campanha para denunciar as conhecidas fraudes e alertar os consumidores sobre os riscos e as consequências da compra de gasolina, etanol e diesel “batizados”.

A situação alcançou tal nível de gravidade que, segundo as autoridades, não fossem as ações levadas adiante a partir de 2021, até o fim desta década a maior parte do mercado brasileiro de combustíveis estaria entregue ao crime organizado, tamanho o poder, a força intimidatória e a voracidade com que os grupos atuavam.

Soma-se a isso o número francamente insuficiente de agentes públicos para fiscalizar um território continental como é o caso do Brasil – por conta disso, somente no estado de São Paulo, estima-se que, de 8.500 postos, 2.500 ainda vendam combustíveis adulterados.

ORIGEM

Até culminar com a mega operação realizada em 28 de agosto, os agentes públicos atuaram por quatro anos. Tudo começou em 2021, ano em que a Polícia Federal levou às ruas a Operação Arina, destinada a investigar um esquema de adulteração de óleo diesel. Já naquela época, o Ministério Público do Estado de São Paulo se juntou aos agentes federais e foi revelado um esquema bilionário de sonegação de impostos.

Com o passar dos anos, no entanto, descobriu-se que as fraudes haviam alcançado tal magnitude, a ponto de o crime organizado ter se infiltrado em um ramo inteiro – das plantações de cana de açúcar ao varejo. O motivo? Revendas de combustíveis ainda hoje operam em parte com dinheiro vivo, exatamente como ocorre com o tráfico de drogas. Ou seja, o crime estendeu aos estabelecimentos o modus operandi já adotado no comércio de entorpecentes – não por acaso, nomes de traficantes apareceram nas investigações como proprietários de postos e lojas de conveniência.

MERCADO BILIONÁRIO ATRAI CRIME ORGANIZADO

O Brasil é o quarto maior mercado de combustíveis do mundo. Em 2024, foram comercializados 134 bilhões de litros no país, incluindo gasolina, etanol e diesel, que resultaram em pouco mais de R\$ 205 bilhões em impostos arrecadados.

Paralelamente ao setor formal, o mercado informal — em que não há recolhimento de tributos e a adulteração de combustíveis é prática recorrente — movimentam entre 13 bilhões e 18 bilhões de litros, segundo estimativas de especialistas.

Esse universo ilegal apresenta características que atraem organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC), apontam investigações recentes. De acordo com levantamento do Instituto Combustível Legal (ICL) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o prejuízo à economia nacional já ultrapassa R\$ 30 bilhões por ano.

Desse total, cerca de R\$ 14 bilhões correspondem à sonegação fiscal. As chamadas “operações piratas” — que incluem contrabando de combustíveis, adulteração de quantidade e qualidade, além de furtos e roubos de cargas e dutos — representam aproximadamente R\$ 17 bilhões.

Com pagamentos em dinheiro, transações sem nota fiscal e grande volume de clientes, o setor de combustíveis tornou-se também um canal atrativo para lavagem de dinheiro.

A Operação Carbono Oculto, deflagrada em agosto pela Receita Federal, Polícia Federal e Ministério Público, revelou como esse tipo de crime vem se sofisticando nas mãos de quadrilhas.

A rota da adulteração e lavagem



1.

Fraude começava com importação de nafta (derivado de petróleo) e metanol (tipo de álcool muito usado na indústria química), que, supostamente, eram destinados ao abastecimento de indústrias químicas

2.

Por meio de uma rede de distribuição própria, produtos eram distribuídos para postos do país

3.

Nafta e metanol eram, então, despejados diretamente em tanques de combustíveis

4.

Montante arrecadado era depositado em bancos digitais – as chamadas fintechs – e dali seguia para fundos de investimento, para ser empregados na compra de empresas destinadas a dar aparência legal a recursos ilegalmente amealhados

Contas “bolsão” lavavam recursos

Em “O poderoso chefão”, um já maduro Michael Corleone, personagem interpretado pelo ator Al Pacino, estima um prazo para que toda a fortuna amealhada pela família por meio de práticas ilícitas estivesse devidamente legalizada, por meio de sua transferência para outros tipos de negócios. Assim operava – e ainda opera – a máfia. “Vendemos os cassinos. Todos os negócios relacionados a apostas. Não temos interesses ou investimentos em qualquer coisa ilegal”, afirma o personagem no derradeiro volume da trilogia, durante encontro realizado em Atlantic City, onde se deu uma espécie de “acerto de contas” entre os chefes das organizações criminosas que compartilhavam o território norte-americano.

Tal qual a máfia, atuavam as organizações criminosas envolvidas com o comércio de combustíveis no Brasil. Para isso, segundo a superintendente da Receita Federal em São Paulo, Márcia Meng, o grupo criou uma espécie de rede bancária paralela, utilizando fintechs (bancos digitais), que, por meio das chamadas contas “bolsão”, lavavam os recursos arrecadados.

Até então beneficiadas por uma legislação frágil, as fintechs não eram obrigadas a informar à Receita Federal quem eram seus clientes e tampouco o destino do dinheiro depositado – daí o fato de a investigação ter consumido mais de um ano até que tudo fosse devidamente apurado.

O ganho obtido com o comércio de combustível adulterado e a sonegação fiscal era, então, misturado ao lucro decorrente do tráfico de drogas e compunha um

só montante, destinado a fundos de investimento regulares, listados na Bolsa de Valores de São Paulo, para ser utilizado na compra de empresas do setor sucroalcooleiro, em um momento em que estas acumulavam dívidas e recorriam a pedidos de recuperação judicial. Paralelamente, o grupo criou uma rede própria de transporte, composta por mais de mil caminhões, encarregados de distribuir combustíveis Brasil afora.

Como resultado da operação conjunta, fintechs não poderão continuar a ocultar os nomes de empresas e pessoas cujos recursos movimentam e passarão a estar sujeitas às mesmas normas e obrigações previstas para as demais instituições financeiras que operam no país. Com o auxílio de um programa de inteligência artificial já aplicável a grandes bancos, o dinheiro terá uma espécie de identificador, que obrigará o crime organizado a recorrer a outros meios para ocultar fortunas indevidamente constituídas.

E a expectativa das autoridades é que, a partir de agora, outros grupos criminosos e outras fintechs que movimentam dinheiro ilegal sejam identificadas. Ou seja, a investigação que abalou o mercado de combustíveis no país revelou apenas a parte já visível de esquemas fraudulentos bilionários. A ver o que ainda pode aparecer.



A magnitude do esquema

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NAS INVESTIGAÇÕES

- Polícias Federal, Militar e Civil
- Ministério Público Federal
- Ministério Público do Estado de São Paulo
- Receita Federal
- Secretaria de Estado de Fazenda de São Paulo
- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)
- Procuradoria Geral do Estado de São Paulo



PESSOAL MOBILIZADO



Mais de **1.400** agentes participaram das operações

VOLUME DE RECURSOS SONEGADOS



Cerca de **R\$ 8 bilhões**

VOLUME DE DINHEIRO MOVIMENTADO



Mais de **R\$ 52 bilhões**

DISTRIBUIDORAS ENVOLVIDAS

Aster Petroleo LTDA, Copape Produtos de Petróleo LTDA, Duvale Distribuidora de Petróleo e Álcool LTDA, Império Comércio de Petroleo LTDA, Maxima Distribuidora de Combustíveis LTDA, Everest Distribuidora de Combustíveis LTDA, Arka Distribuidora de Combustíveis LTDA, Rodopetro Distibuidora de Petróleo LTDA, Alpes Distribuidora de Petróleo LTDA, VMR Distribuidora de Combustíveis e Lubrificantes LTDA, Orizona Combustíveis SA, Port Brazil Distribuidora de Combustíveis LTDA, Petroworld Combustíveis SA, Safra Distribuidora de Petróleo SA, Stock Distribuidora de Petróleo LTDA, Petroriente Distribuidora de Combustíveis SA e Pinecrest Distribuidora AS.

ALVOS DA OPERAÇÃO

A operação envolveu 350 alvos em oito estados – São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio de Janeiro e Espírito Santo; são pessoas físicas e jurídicas suspeitas de adulteração de combustíveis, fraudes fiscais, crimes ambientais, estelionato e lavagem de dinheiro.



Fiscalização avança em Minas Gerais

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou, em 26 de agosto, uma operação de fiscalização em 21 postos de combustíveis da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A ação teve como objetivo avaliar a qualidade dos produtos comercializados e oferecer segurança aos consumidores.

Segundo o chefe do núcleo da ANP em Minas Gerais, Éder Oliveira, os estabelecimentos foram selecionados com base em um serviço de inteligência do órgão. “Não realizamos fiscalizações de rotina. Existem vetores que nos levam a determinados alvos, mas isso não significa, necessariamente, que serão encontrados problemas nos combustíveis”, explica.

A força-tarefa contou com a participação de diversos órgãos, incluindo o Instituto de Pesos e Medidas (Ipem), Procon municipal e estadual, Corpo de Bombeiros, Polícias Militar e Civil e a Secretaria de Estado de Segurança e Justiça. Entre os equipamentos utilizados esteve o espectrofotômetro, capaz de detectar, por exemplo, a presença de metanol na gasolina e no etanol.

Desde o início do ano, 28 postos já foram interditados em Minas Gerais por irregularidades. Caso sejam identificadas falhas graves, como bombas com volume inferior ao indicado ou combustíveis fora do padrão, os equipamentos são imediatamente lacrados, até que as correções sejam realizadas.

Nas duas primeiras fases da operação, as fiscalizações ocorreram em Poços de Caldas, Uberlândia, Juiz de Fora, Três Pontas, Montes Claros, Patos de Minas, Itabirito e Campo Belo. Já na fase mais recente, foram incluídas as cidades de Belo Horizonte, Contagem e Betim.

No total, as ações em 11 cidades resultaram na fiscalização de 45 postos, aferição de 199 bombas, cinco interdições de estabelecimentos, 38 bombas interditadas, 203 testes de qualidade dos combustíveis e 78 autos de infração lavrados. Na terceira fase, realizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ainda não foram constatadas irregularidades.

O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais identificou 70 irregularidades, registrando 48 boletins de ocorrência. Os testes de qualidade foram realizados pela ANP e pelo Ministério Público, por meio do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-MG), e contemplaram medições de pureza, densidade e regularidade dos combustíveis.

A ação reforça o compromisso das autoridades estaduais e federais em garantir a proteção do consumidor, a transparência do setor e a segurança na comercialização de combustíveis em Minas Gerais, providências que o Minaspetro não só apoia, mas pelas quais zela.

Em meados do ano passado, Minaspetro levou às ruas campanha destinada a combater comércio ilegal com o intuito de assegurar competição e preservar empresários honestos



Forças somadas

Minaspetro e CDL-BH fecham parceria que possibilita a revendedores associados ter acesso a créditos tributários relativos à contribuição previdenciária e outros benefícios



Uma parceria firmada recentemente pelo Minaspetro com a CDL-BH facultou aos postos que são associados de ambas as instituições o direito a usufruir de créditos tributários. Por meio de decisão judicial resultante de uma ação da CDL-BH, foi reconhecida a inexigibilidade das contribuições previdenciárias incidentes sobre os valores pagos pelos empregadores referentes aos primeiros dias de afastamento médico, salário maternidade e sobre um terço das férias.

A decisão contempla contribuições recolhidas desde o ano de 2005, e os empresários têm direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente referentes aos seguintes períodos e situações: 15 primeiros dias de afastamento médico e salário maternidade (de junho de 2005 até a data

do pedido de habilitação) e terço das férias (junho de 2005 a agosto de 2020, de acordo com o prazo estabelecido pelo STF).

QUAL POSTO TEM DIREITO?

A decisão abrange apenas as cidades situadas no raio da Delegacia Fiscal de Belo Horizonte (mesmo critério aplicado ao direito ao crédito de PIS/Cofins sobre o diesel), totalizando 81 municípios (veja a lista ao lado).

Além do benefício tributário, o revendedor poderá usufruir de uma série de outros produtos oferecidos pela CDL-BH, como plano de saúde para os colaboradores, acesso ao SPC, consultorias, capacitações, dentre outras vantagens. O plano básico para se associar à CDL-BH é de R\$ 59,90.



Adobe Stock

Associe-se e tenha direito à restituição e a uma série de benefícios por meio do QR Code ao lado – preencha o formulário para que as equipes comerciais da CDL-BH e do Minaspetro entrem em contato.

A CDL-BH criou um canal de comunicação específico para atender aos donos de postos interessados por meio do site <https://conteudo.cdlbh.com.br/minaspetro>.

Na página, é possível preencher o cadastro e esclarecer dúvidas sobre os produtos disponíveis. Informações adicionais também podem ser obtidas pela Central de Atendimento da CDL-BH pelo telefone (31) 3249-1666.

Produtos em parceria com a CDL-BH



Crédito tributário Folha de Pagamento;



Acesso ao banco SPC Brasil com preços especiais;



Consultorias, workshops e capacitações em vendas, marketing e gestão;



Certificado Digital;



Uso do Centro de Convenções com preços diferenciados;



Soluções em saúde (Unimed e Cartão CDL-BH);



Redução da conta de luz com Camig SIM;



Assessoria Jurídica.

A CDL-BH, em parceria com o Minaspetro, apoia o fortalecimento do setor de combustíveis, a capacitação dos negócios e a defesa dos interesses dos empresários. Aproveite condições exclusivas e impulse ainda mais os resultados da sua empresa.

COMO HABILITAR

O processo de habilitação dos créditos é semelhante ao do PIS/ Cofins do diesel, a que o revendedor já está acostumado. O escritório parceiro do Minaspetro é o BMM, que cobrará 10% de honorários por todo o trabalho de organização de documentos, cálculo e habilitação junto à Receita Federal.

Para a apuração inicial dos valores, as empresas precisam apresentar os resumos das folhas de pagamento de junho de 2005 em diante. Após a apuração, a restituição/compensação é requerida por meio de programa próprio da Receita Federal, mediante apresentação da documentação comprobatória.

Em caso de dúvida, o revendedor pode entrar em contato também com o Tributário do Minaspetro pelo telefone (31) 2108-6515 (Bruno Tourino) ou pelo e-mail tributario@minaspetro.com.br. É importante o contato do empresário para coletar a assinatura ao Termo de Adesão e demais informações documentais para habilitação junto à Receita.

Cidades contempladas pelo crédito tributário

Abaeté, Alto Rio Doce, Barão de Cocais, Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Bom Jesus do Amparo, Bonfim, Brumadinho, Cachoeira da Prata, Caeté, Capela Nova, Capim Branco, Carnaíba, Carandaí, Casa Grande, Catas Altas, Catas Altas da Noruega, Cedro do Abaeté, Cipotânea, Conceição do Mato Dentro, Confins, Congonhas, Congonhas do Norte, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Cristiano Ottoni, Crucilândia, Dom Joaquim, Esmeraldas, Fortunas de Minas, Ibirité, Igarapé, Inhaúma, Itabira, Itabirito, Itambé do Mato Dentro, Itaverava, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Lamim, Maravilhas, Mário Campos, Martinho Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Moeda, Morro do Pilar, Nova Lima, Nova União, Ouro Branco, Paineiras, Papagaios, Passa Bem, Pedro Leopoldo, Pequi, Piedade dos Gerais, Piracema, Pompéu, Prudente de Moraes, Queluzito, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Espera, Rio Manso, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santa Maria de Itabira, Santana do Riacho, Santana dos Montes, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, São José da Varginha, São Sebastião do Rio Pedro, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

Inovar para crescer

Associados do Minaspetro provam que criatividade e ousadia podem impulsionar negócios



Arquivo pessoal

Posto Liber substitui bomba de combustível por sorveteria na pista e faz sucesso em Pará de Minas, mostrando a importância de lançar serviços com base em pesquisa

22

Uma ideia que para muitos parecia arriscada se tornou um sucesso. Ricardo Matoso, proprietário do posto Liber, em Pará de Minas (MG), decidiu substituir uma bomba de abastecimento por uma sorveteria para atrair o público jovem. Ação cuidadosamente planejada, sem espaço para improvisos.

Antes que a ideia fosse colocada em prática, o revendedor realizou uma pesquisa no Instagram para saber dos clientes o que eles gostariam de encontrar na pista. Quem respondesse participava de um sorteio cujo prêmio era um minuto de abastecimento livre. A opção vencedora foi a sorveteria.

E o posto Liber, que já contava com padaria, farmácia, barbearia, loja de roupas femininas, lava-jato, troca de óleo e estacionamento no mesmo espaço, ganhou uma nova opção para aumentar a rentabilidade do negócio — localizado em posição privilegiada, no centro da cidade. Com base nos dados coletados na pesquisa — algo de que o posto não abre mão —, Ricardo fez

parceria com uma sorveteria artesanal do próprio município e, no fim de 2024, inaugurou a loja no lugar da antiga bomba.

Ele diz que, ao instalar a sorveteria, não perdeu espaço de abastecimento: apenas reorganizou as bombas. Todas foram ajustadas para oferecer gasolina comum, gasolina aditivada e etanol — apenas o diesel permanece separado.

“Às vezes, o cliente precisava trocar de bomba para abastecer, o que atrasava o atendimento e complicava a operação. Essa mudança facilitou nosso trabalho: em vez de perder um bico de abastecimento, ganhei um apenas com a reorganização”, explica Ricardo.

Segundo ele, a sorveteria se encaixou perfeitamente no modelo de negócio. “Hoje, um adulto sai da padaria e toma um sorvete — ou uma criança vai à barbearia com a mãe e acaba provando. Até quem espera para lavar o carro aproveita para tomar um sorvete”, conta.

Com a chegada do calor e das férias escolares, Ricardo espera faturar ainda mais. Doce de leite e caramelo com brownie estão entre os sabores mais vendidos. E morango e pistache também figuram como favoritos do público. O sucesso é tanto que a ideia é expandir a sorveteria para outros postos, por meio de um modelo de franquia.

SEGREDO

Ricardo afirma que o segredo para o sucesso do negócio está em estudar as preferências do público e a realidade do mercado. Por meio de uma pesquisa, o revendedor descobriu que o público-alvo do posto — ou seja, quem mais frequenta o espaço — são mulheres, casadas e com filhos. Geralmente, elas trabalham fora de casa e precisam levar as crianças até a escola.

A partir dessa constatação, ele passou a oferecer serviços alinhados à rotina dos clientes. “Você precisa conhecer seus clientes, estar próximo deles e observar o que estão comentando. Isso é o mais importante”, recomenda.

Atualmente, além do posto, ele opera a troca de óleo e a padaria — os demais serviços são terceirizados para parceiros. E não há planos de expandir o negócio, pois o revendedor não abre mão do estacionamento. “Hoje, todo mundo que chega está de carro ou moto, então, é preciso ter atenção ao estacionamento, que é um diferencial nosso”, diz.

Para ser criativo em um mercado tão competitivo, com margens estreitas e alta concorrência, ele afirma que é preciso arriscar, mas com o “pé no chão”. “Se você estuda, entende o seu cliente, compreende o que ele quer e percebe que o negócio faz sentido dentro do posto, o risco diminui”, orienta.



Arquivo pessoal

Por meio de uma pesquisa, revendedor descobriu que o público-alvo do posto são mulheres, casadas e com filhos

As vantagens do PIX

Quem também inovou em busca de maior rentabilidade é Fábio Moreira, diretor do Minaspetro e revendedor da Rede Monte Santo. Todo mês, ele sorteia um tanque de combustível para quem realiza o pagamento via PIX, para incentivar seu uso e evitar as taxas das adquirentes de cartão.

A campanha tem sido um sucesso. Há cerca de três anos, religiosamente, a rede realiza o sorteio — que é transmitido ao vivo pelas redes sociais do posto — no primeiro dia de cada mês. “Não precisei inventar a roda para movimentar o negócio”, ilustra o revendedor.

Ainda segundo ele, apesar de a taxa do cartão de débito — principal concorrente do PIX — variar entre 1% a 2,5%, ela pode representar um valor significativo no fim do mês. “Para os postos de combustível, 1% é uma fortuna. A gente trabalha com a terceira casa decimal. Tem época em que a margem (de lucro) é de 2% ou 3% e o PIX não tem custo. Então, faz toda a diferença não pagar a taxa do cartão”, observa. Segundo o Banco Central, o PIX já é o meio de pagamento mais utilizado no Brasil: em 2024, foi usado por 76,4% da população, por meio de 63,8 bilhões de transações que movimentaram R\$ 43,1 trilhões.

Fábio conta que, hoje, muitos clientes já utilizam o meio de pagamento independentemente da promoção. “De qualquer forma, mantenho a campanha para incentivar o pessoal. A pessoa abre a conta e, em cinco segundos, gera o QR Code e paga”, relata.

Segundo ele, o pagamento via Pix é uma via de mão dupla. “As duas partes ganham. E o dono de posto economiza, consegue oferecer um preço mais competitivo e ainda torna sua operação mais enxuta”, conclui.



23

ARTIGO

Hora do Empreendedor



por Thailor Berchmans
Diretor do Minaspetro

O poder do ambiente e do networking no empreendedorismo

Nenhum empreendedor constrói sucesso sozinho. Os resultados que alcançamos são diretamente influenciados pelo ambiente em que estamos inseridos e pelas conexões que cultivamos ao longo da jornada. No setor de combustíveis, isso se torna ainda mais evidente: é um ramo competitivo, dinâmico e desafiador, onde estar cercado das pessoas certas pode definir quem avança e quem fica para trás.

O ambiente não é apenas o espaço físico, mas também o clima cultural e emocional que envolve um negócio. Um posto pode ser visto apenas como ponto de abastecimento ou pode ser transformado em hub de relacionamento, um espaço de confiança e experiência positiva. Internamente, o ambiente influencia diretamente a produtividade e a criatividade da equipe. Colaboradores motivados, que se sentem valorizados, entregam muito mais do que aqueles que trabalham em contextos negativos ou desmotivadores.

NETWORKING ESTRATÉGICO

Ao mesmo tempo, é impossível ignorar a força do networking. Participar de associações, sindicatos e grupos empresariais permite antecipar tendências, acessar boas práticas e encontrar oportunidades de parceria. O networking fora do setor também é estratégico: ideias de outros segmentos podem

ser adaptadas de maneira inovadora ao mercado de combustíveis. Grandes transformações surgem justamente desse cruzamento de visões diferentes.

Um empresário assim como eu que participa ativamente de encontros do setor costuma estar à frente das mudanças regulatórias e das novidades de mercado. Se conectar com empreendedores de áreas distintas, pode identificar oportunidades de agregar novos serviços ao seu posto, aumentando a receita e criando diferenciais. Networking é, portanto, muito mais que troca de cartões — é troca de energia, conhecimento e visão de futuro.

Estar no ambiente certo e cercar-se de pessoas que impulsionam é tão estratégico quanto ter o melhor produto ou serviço. O empreendedor que compreende o poder do ambiente e do networking cria um ciclo virtuoso: cresce mais rápido, aprende continuamente e multiplica oportunidades. No fim das contas, o sucesso empresarial é tão influenciado por quem está ao nosso redor quanto pelas decisões que tomamos sozinhos.

Tenha seu próprio ecossistema de negócios e pessoas de forma que tudo se torne mais amplo e te tire da zona de conforto todos os dias.

GOTAS

Oito em cada dez gestoras de frotas planejam ter pontos de recarga para carros elétricos

Levantamento é da Ticket Log, marca do grupo Edenred Brasil, aponta: oito em cada dez gestoras de frotas no Brasil já possuem ou pretendem instalar carregadores para veículos elétricos em suas bases. O estudo ouviu 300 gestores.

Entre as empresas que já têm carros elétricos, 76% fazem o carregamento em suas próprias sedes, contando com, em média, oito carregadores. Um terço delas tem apenas um ponto de recarga, enquanto 13% já passam de 11 unidades. Entre as que ainda não adotaram a eletrificação, 87% planejam criar pontos de recarga nos próximos anos.

A pesquisa também revela que 70% dos veículos elétricos de frotas estão concentrados nas capitais. Segundo a ABVE (As-

sociação Brasileira do Veículo Elétrico), o país chegou a 14,8 mil pontos de recarga em fevereiro de 2025. Trata-se de um crescimento de 22% em relação a novembro de 2024. O Sudeste lidera a eletrificação, seguido pelo Sul —juntas, as duas regiões somam 68% da frota nacional.

“O cenário atual mostra grandes oportunidades para o processo de eletrificação de frotas no Brasil. Há um movimento claro em direção à inovação e à descarbonização, mas que depende de soluções integradas que simplifiquem o processo”, diz Bruno Barbosa, diretor de Estratégia e Mobilidade Elétrica da Edenred Brasil.

Fonte: Folha de S. Paulo

INOVAÇÃO e TECNOLOGIA, rentabilizando seu Negócio.

Soluções para Banho
Sustentabilidade aliada a gestão eficiente e rentabilidade.

SMART SHOWER
INOVAÇÃO unindo INTERATIVIDADE, EFICIÊNCIA e RENTABILIDADE.

SMART SHOWER WIFI

Serviços Diversos
Inovação, Versatilidade e Rentabilidade.

MINI SMART
A solução compacta e versátil para gestão otimizada dos serviços.

MOEDEIRO SMART
Revitalize a experiência de calibração com a tecnologia do futuro!

RTI
soluções inteligentes
+55 (31) 3037 8592
contato@rtisolutions.com.br
www.rtisolutions.com.br



MEDIÇÃO ELETRÔNICA E MONITORAMENTO DE VAZAMENTO

ATENDE MINISTÉRIO DO TRABALHO

MODELO MTV1-T

Acesso remoto mobile



Painel de Controle



Sensor de Vazamento

Sonda Eletrônica

produzidos no



MODELO MTV1

Painel de Controle



Sensor de Vazamento

Sonda Eletrônica



CONSULTE REPRESENTANTE
comercial@telemmed.com.br

113674 7790 | 1198348 6480

www.telemmed.com.br

GOTAS

Projeto de Boulos constrange postos que não baixarem preço

Prestes a se tornar ministro de Lula, o deputado federal Guilherme Boulos (Psol-SP) protocolou um projeto de lei na Câmara que, na prática, constrange postos de combustíveis que não repassarem a redução de preço dos combustíveis pelas refinarias da Petrobras para as bombas. O assunto interessa o presidente.

O projeto exige que as vendas exibam na nota fiscal toda a composição do preço da gasolina e do diesel automotivo. A regra também passa a valer para quem vende o gás liquefeito de petróleo (GLP) dos botijões de cozinha. Para Boulos, a medida é uma forma de enfrentar a "caixa-preta" que se tornaram os preços desses segmentos, já que atualmente o consumidor paga o valor exibido na bomba ou no painel sem saber o que corresponde às margens de lucro ou custo de produção. Lula reclamou publicamente diversas vezes sobre o não repasse para as bombas das quedas de preços feitas pela Petrobras.

O texto prevê que as empresas mostrem, em valores nominais, o preço praticado pela Petrobras ou pelo importador; custo do biocombustível (etanol anidro ou biodiesel) adicionado à gasolina ou diesel; tributos federais (Cide, PIS/Pasep e Cofins); tributo estadual (ICMS); e margem bruta de comercialização, com os custos e as margens de lucro dos setores de distribuição e revenda. O projeto também exige que a nota tenha o percentual de participação de cada um desses itens na composição do preço final.

SANÇÕES

Em caso de descumprimento, o texto prevê punições, que vão de advertência e multa até suspensão das atividades ou cassação da autorização pela ANP.

O texto altera e amplia a Lei nº 12.741, que já obriga os postos a mostrarem na nota fiscal o valor dos tributos embutidos no preço final.

Fonte: Folha.uol



Projeto exige que as vendas exibam na nota fiscal toda a composição do preço da gasolina e do diesel automotivo

Freepik

PRESENÇA CONFIRMADA NO CONGRESSO MINASPETRO

Visite nosso **estande** e
concorra a um par de
ingressos para festa!



Descubra as soluções
elétricas **a prova de
explosão** que a **Eletro
Alpha** oferece!

• CONEXÕES
GALVANIZADAS

• MATERIAIS PARA
ANÁLISES

• PEÇAS PARA
CAMINHÃO TANQUE

• MATERIAIS
ECOLÓGICOS

• EPI's



Soluções de acordo
com a sua necessidade



Agilidade e eficiência
no serviço realizado



Equipe altamente
qualificada no que faz



Qualidade comprovada
por nossos clientes

Lothar
EQUIPAMENTOS PARA POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

Visite nosso estande
no Congresso
Minaspetro



18º
CONGRESSO
DOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS DE MINAS GERAIS
A mobilidade se encontra aqui

www.lotharequipamentos.com.br



**VAMOS MAIS
LONGE PARA ESTAR
MAIS PERTO**



Aponte seu celular
para o QR code e
acesse nosso site.

 royalfic

  royalficoficial
royalfic.com.br